

HABEAS CORPUS Nº 460.094 - PE (2018/0179661-6)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : MADSON RODRIGO DE AQUINO MELO
ADVOGADO : MADSON RODRIGO DE AQUINO MELO - PE037268
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : EVANDRO MELO DA SILVA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE REVOGAÇÃO, POR EXCESSO DE PRAZO. CONCESSÃO NA ORIGEM. PREJUDICIALIDADE.

Writ prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Evandro Melo da Silva**, contra acórdão do Tribunal de Justiça de Pernambuco que denegou a ordem ali impetrada (HC n. 0012887-12.2016.8.17.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente em 21/6/2012, pela suposta prática do crime previsto no art. 121, §2º, I e IV, do Código Penal.

Alega o impetrante que há excesso de prazo para formação da culpa, visto que o paciente encontra-se preso preventivamente há mais de 6 anos.

Requer, então, seja concedida a ordem para relaxar a prisão preventiva, com a imediata expedição de alvará de soltura em nome do paciente.

Em 25/7/2018, foi indeferido o pedido liminar, pela vice-presidência desta Corte (fls. 411/413).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da ordem e, caso conhecida, pela sua denegação (fls. 569/571).

É o relatório.

Sucedendo que *writ* está prejudicado.

Há notícia, obtida no portal eletrônico do Tribunal local, de que, em 23/11/2018, foi concedido o relaxamento da prisão preventiva do ora paciente (Ação Penal n. 0002348-80.2012.8.17.0370), dando ensejo à expedição do alvará de soltura em seu nome e sendo-lhe aplicada as medidas cautelares diversas da prisão (fls. 573/592).

Ante o exposto, considerando que a pretensão foi atendida na origem, **julgo prejudicado** o *habeas corpus* (art. 34, XI, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

